



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
BACHARELADO EM FARMÁCIA

MARIA EDUARDA ALVES GATO
THAINÁ BARROS DE SOUSA

POBREZA MENSTRUAL DE JOVENS ESTUDANTES EM UM MUNICÍPIO DO
BAIXO AMAZONAS, AMAZÔNIA, BRASIL

SANTARÉM

2024

MARIA EDUARDA ALVES GATO
THAINÁ BARROS DE SOUSA

**POBREZA MENSTRUAL DE JOVENS ESTUDANTES EM UM MUNICÍPIO DO
BAIXO AMAZONAS, AMAZÔNIA, BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Bacharelado em Farmácia da Universidade Federal do Oeste do Pará, como requisito parcial para a conclusão do Curso.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Elaine Cristiny Evangelista dos Reis.

Co-orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Flávia Garcez da Silva

SANTARÉM

2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

G261p Gato, Maria Eduarda Alves
Pobreza menstrual de estudantes em um município do Baixo Amazonas, Amazônia, Brasil./ Maria Eduarda Alves Gato, Thainá Barros de Sousa. - Santarém, 2024.
40 p. : il.
Inclui bibliografias.

Orientadora: Elaine Cristiny Evangelista dos Reis.
Coorientadora: Flávia Garcez da Silva.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Saúde Coletiva, Bacharelado em Farmácia.

1. Juventude. 2. Jovens. 3. Vulnerabilidades. 4. Menstruação. I. Sousa, Thainá Barros de. II. Reis, Elaine Cristiny Evangelista dos, *orient.* III. Silva, Flávia Garcez da, *coorient.* IV. Título.

CDD: 23 ed. 612.6620835



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
COORDENAÇÃO ACADÊMICA

Fone (093) 2101-4933

Email: coordenacaoacademica.isco@ufopa.edu.br

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos vinte e três de outubro de dois mil e vinte quatro (23/10/2024), às 15h horas, foi convocada e formada a banca examinadora composta de três professores e/ou autoridades nesta Universidade, abaixo nominados, para o exame do trabalho escrito, apresentação oral do Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, elaborado pelas acadêmicas **Maria Eduarda Alves Gato e Thainá Barros de Sousa**, cujo título é **“Pobreza menstrual de jovens estudantes em um município do Baixo Amazonas, Amazônia, Brasil.”**. Foi concedido o tempo máximo de 20 minutos para a acadêmica fazer a exposição oral do trabalho, atribuindo-se outros 30 minutos para arguições. Após a apresentação foram feitas as arguições a acadêmica, visando a avaliação e crédito na disciplina. Concluídas as arguições, a banca passou à deliberação sobre a avaliação, considerando os seguintes critérios: Qualidade Técnica do Trabalho; Domínio do Conteúdo; Qualidade na Exposição Oral; Clareza e Coerência dos Objetivos da Pesquisa, Problemática, Métodos e Formas de Intervenção; e Referencial Teórico, Resultados e Bibliografia. Após a deliberação, concluída à presente banca de exame de TCC, trabalho foi considerado:

(x) Aprovado (nota $\geq 6,0$) () Reprovado (nota $< 6,0$).

Professor (a)	Função	Nota (0 a 10)
Prof. Dr. Andrei Silva Freitas Universidade Federal do Oeste do Pará – Membro	Membro	10,0
Prof. Msc. João David Batista Lisboa Membro Externo	Membro	10,0
	Média	10,0

A entrega da versão final do TCC, com as devidas alterações apontadas pela Banca Examinadora, deverá ocorrer no prazo de **15 (quinze) dias** após defesa.

Assinaturas dos membros da banca

Presidente - Elaine Cristiny Evangelista dos Reis

Documento assinado digitalmente
gov.br ELAINE CRISTINY EVANGELISTA DOS REIS
Data: 29/10/2024 17:04:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Membro - Dr. Andrei Silva Freitas

Documento assinado digitalmente
gov.br ANDREI SILVA FREITAS
Data: 29/10/2024 17:12:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Membro Msc. João David Batista Lisboa

Documento assinado digitalmente
gov.br JOAO DAVID BATISTA LISBOA
Data: 29/10/2024 17:52:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Santarém, 23 de outubro de 2024

MARIA EDUARDA ALVES GATO

THAINÁ BARROS DE SOUSA

**POBREZA MENSTRUAL DE JOVENS ESTUDANTES EM UM MUNICÍPIO DO
BAIXO AMAZONAS, AMAZÔNIA, BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Bacharelado em Farmácia da Universidade Federal do Oeste do Pará, como requisito parcial para a conclusão do Curso.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elaine Cristiny Evangelista dos Reis.

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Flávia Garcez da Silva

Conceito:

Data de Aprovação: 23/10/2024

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Elaine Cristiny Evangelista dos Reis-Orientadora
Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA

Prof.^a Dr.^a Flávia Garcez da Silva-Co-autora
Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA

Prof. Dr. Andrei Silva Freitas
Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA

Prof. Msc. João David Batista Lisboa
Membro externo

AGRADECIMENTOS

A Deus, por nos conceder saúde, foco e a determinação necessária para superar os desafios ao longo desta jornada, e por nos manter firmes mesmo diante das adversidades. Sob sua proteção, encontramos forças para seguir em frente, com fé e perseverança.

Aos nossos familiares e amigos, pelo apoio incondicional em todos os momentos, pelas palavras de encorajamento e pelos gestos de carinho e compreensão. Vocês entenderam nossas ausências e, com paciência, nos sustentaram enquanto dedicávamos tempo e esforço à realização deste trabalho. Acredite, sem nossos pais nada disso seria possível, a idealização de um sonho se concretizando é emocionante.

Aos nossos professores, que nos guiaram durante o curso, especialmente à nossa orientadora e coorientadora, pelo conhecimento compartilhado, pela amizade construída ao longo do tempo e pela paciência e dedicação na elaboração deste projeto. Cada ensinamento foi essencial para a construção deste trabalho. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) envolve uma mistura de emoções, e ao final, o reconhecimento traz o alívio de uma jornada cansativa e a gratificante sensação de dever cumprido.

Aos nossos colegas de curso, que compartilharam momentos importantes durante esses anos. Pouco se fala daqueles que, ao nosso lado, também enfrentaram a ansiedade de uma prova, passaram noites estudando conosco e revisaram o conteúdo nos minutos antes de entrar na sala. Essas pessoas, que nos acompanharam em meio às dificuldades da vida acadêmica, foram fundamentais para manter a resiliência em momentos de pressão. A universidade nos ensina, desde o primeiro semestre, que não podemos caminhar sozinhos, e somos afortunadas por termos encontrado aqueles que estiveram conosco ao longo desta caminhada.

Nós, Maria Eduarda e Thainá, que desde o primeiro dia na faculdade, nos encontramos por acaso, formamos uma parceria que perdura até o final deste ciclo. A lealdade, o respeito e a responsabilidade que cultivamos uma com a outra foram os pilares que sustentaram todo este processo. Juntas, superamos os desafios, e juntas encerramos esta etapa, com o coração cheio de gratidão por tudo o que vivemos e conquistamos.

A todos, nosso sincero agradecimento.

SUMÁRIO

Sumário

1.Introdução	7
2. Método	9
2.1 Tipo de Pesquisa.....	9
2.2 Participantes.....	9
2.3 Instrumentos de Produção das Informações	10
2.4 Análises de Dados.....	10
3. Resultados e Discussão	11
4. Considerações Finais	24
Referências	25
Anexos.....	29



Artigo

POBREZA MENSTRUAL DE JOVENS ESTUDANTES EM UM MUNICÍPIO DO BAIXO AMAZONAS, AMAZÔNIA, BRASIL

MENSTRUAL POVERTY OF YOUNG STUDENTS IN A
MUNICIPALITY IN LOW AMAZONAS, AMAZON, BRAZIL

DOI: 10.56083/RCV3N9-113

Recebimento do original: 28/08/2023

Aceitação para publicação: 25/09/2023

Maria Eduarda Alves

Gato

Bacharela em Saúde

Instituição: Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) – Unidade

TapajósEndereço: Rua Vera Paz, s/n, Maracanã, Santarém – PA, CEP:

68040-255

E-mail: mariadudaalvesgato2901@gmail.com

Thainá Barros de Sousa

Bacharela em Saúde

Instituição: Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) – Unidade

TapajósEndereço: Rua Vera Paz, s/n, Maracanã, Santarém – PA, CEP:

68040-255

E-mail: thainabarros100@gamil.com

Flávia Garcez da Silva

Doutora em Toxicologia

Instituição: Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) – Unidade

TapajósEndereço: Rua Vera Paz, s/n, Maracanã, Santarém – PA, CEP:

68040-255

E-mail: fgarcez@yahoo.com.br

Elaine Cristiny Evangelista Reis

Doutora em Saúde Pública

Instituição: Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) – Unidade

TapajósEndereço: Rua Vera Paz, s/n, Maracanã, Santarém – PA, CEP:

68040-255

E-mail: elaine.reis@ufopa.edu.br

RESUMO: O artigo visa compreender a pobreza menstrual entre jovens estudantes do município de Santarém-PA, possui abordagem quantitativa e descritiva, com dados coletados a partir de um questionário estruturado com questões socioeconômicas, conceitos sobre ciclo menstrual e higiene, aplicados na área urbana e rural. Das 111 participantes da pesquisa, a faixa etária predominante na área urbana foi de 14 a 18 anos e 17 a 19 anos na área rural, 75% se autodeclararam pardas, 84% residem em casa própria, 24% das jovens na zona urbana têm assistência social e 10% na área rural, 40% das jovens da área urbana usam o SUS e 26% na área rural, 76% não tiveram acesso a consulta com o profissional ginecologista, 57% na ausência do absorvente usam pano ou papel para conter o sangramento menstrual, 80% afirmaram que a escola não disponibiliza absorvente, 58% indicaram falta de água na escola, 63% informaram no espaço escolar a ausência de chuveiros para higiene e 90% das escolas não discutem sobre menstruação. O estudo considera um contexto de vulnerabilidades para além da culpabilização individual e traz para o escopo de reflexão, o quanto as vulnerabilidades sociais e programáticas podem ser limitadoras para a manutenção da qualidade de viver.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude, Jovens, Vulnerabilidades, Menstruação.

ABSTRACT: The article aims to understand menstrual poverty among young students in the city of Santarém-PA, has a quantitative and descriptive approach, with data collected from a structured questionnaire with socioeconomic issues, concepts about menstrual cycle and hygiene, applied in urban and rural areas. Of the 111 research participants, the predominant age group in the urban area was 14 to 18 years old and 17 to 19 years old in the rural area, 75% self-declared brown, 84% live in their own home, 24% of young women in the urban area have assistance social and 10% in the rural area, 40% of the young women in the urban area use the SUS and 26% in the rural area, 76% did not have access to consultation with the professional gynecologist, 57% in the absence of sanitary pads use cloth or paper to contain the menstrual bleeding, 80% stated that the school does not provide sanitary pads, 58% indicated a lack of water in the school, 63% reported the absence of showers for hygiene in the school space and 90% of the schools do not discuss menstruation. The study considers a context of vulnerabilities beyond individual blame and brings to the scope of reflection how much social and programmatic vulnerabilities can be limiting for maintaining the quality of life.

KEYWORDS: Youth, Youth, Vulnerabilities, Menstruation.



1.Introdução

A juventude é o marco social em que os indivíduos estão em um eixo de formação intelectual, biológico e psicológico, que influencia diretamente na tomada de decisões pessoais. Dessa maneira, o jovem pode ser inserido a uma variedade de fatores, que podem contribuir com a deterioração dos seus direitos civis, perda de garantias adquiridas, fragilização da cidadania, dificuldade de acesso à moradia, serviços de saúde, assistência social e emprego, além do choque entre as situações urbanas, rurais e ribeirinhas, o que caracteriza variadas formas de vulnerabilidade (REIS, 2021).

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens tem como objetivo planejar e desenvolver ações que protejam de forma integral esses adolescentes e jovens referentes às suas distintas vulnerabilidades no Brasil (RAPOSO, 2009).

Entretanto, diversas formas de vulnerabilidades e desigualdades impactam de forma distinta populações em contexto de diversidade sociocultural e territorial, fragilizando a garantia mínima de cidadania de populações politicamente desamparadas na perspectiva dos direitos humanos e acentuando a culpabilização individual. Vale ressaltar que as mulheres são as mais suscetíveis à impactos dessas vulnerabilidades (FONSECA, 2013).

O público feminino, por anos, tem lutado pela busca de melhoria nos serviços de saúde dentre as mulheres em situação de vulnerabilidade, as jovens entram neste quadro e com o desenvolvimento da Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher, as portas da saúde foram abertas para o público feminino, desde aquelas no início do ciclo reprodutivo a mulheres em climatério. No entanto, as ações voltadas as mulheres que menstruam ainda são muito vagas, dado que tal assunto ainda é visto como um tabu em sociedade (BRASIL, 2004)



Vale destacar que, cada vez mais, as mulheres estão expostas a vulnerabilidades, dentre elas, o acesso a insumos de higiene menstrual, informação e infraestrutura, fenômeno que envolve uma imensidão de variáveis. Em consequência disso, jovens estudantes, por vezes, evitam o acesso às escolas no período menstrual (FERNANDES, 2009).

Dessa maneira, a autora ainda enfatiza que a pobreza menstrual pode ser uma problemática no Brasil e ainda pode ser agravada na região amazônica, por ser caracterizada com uma população com características específicas da localidade, com cultura heterogênea, fragilidades de infraestrutura e de acesso à saúde e informação, que muitas das vezes pode ser precária.

Associado a isso, destaca-se as questões de mobilidade, renda e transporte na região de rios e zona rural que dificultam de maneira drástica o acesso a produtos básicos para a sobrevivência de muitas jovens, evidenciando que, por vezes, essas mulheres vivenciam situações que confrontam ao direito humano básico (ASSAD, 2021; REIS, 2021).

O município de Santarém, localizado no oeste do Estado do Pará, conhecido pelo seu aquífero grandioso, apresenta na prática controversas, já que a população vive em situações precárias que envolvem a escassez de abastecimento de água para as residências da região. Portanto, a inexistência de infraestrutura e funcionamento dos serviços que deviam ser ofertados a população por direito, gera diariamente uma série de impactos na vida dessas pessoas (FERREIRA; COSTA, 2018).

A falta de saneamento básico ocasiona impactos na vida da população, como em diversas áreas da zona rural que não possui água encanada, implicando na qualidade de vida da zona rural que acaba por vivenciar uma realidade diferente da população urbana, escancarando ainda mais as desigualdades entre esses jovens (FERREIRA, 2018).

Dessa forma, observar as vulnerabilidades vivenciadas por jovens



mulheres nessa região, se faz necessário para a compreensão da saúde, uma vez que, não basta somente verificar os aspectos que trazem as enfermidades, associado ao ciclo reprodutivo, mas entender o contexto vivenciado. Cabe retomar que, o público jovem feminino, sofre de maneira direta, devido as influências da forma de viver e consequências que a elas cabe. Por isso, o estudo buscou analisar a pobreza menstrual entre jovens estudantes do município de Santarém PA.

2. Método

2.1 Tipo de Pesquisa

No presente estudo foi conduzida uma pesquisa quantitativa e descritiva. A abordagem quantitativa foi escolhida por ser uma ferramenta prática para obtenção de dados específicos sobre um determinado tema. Já a abordagem descritiva foi selecionada por seus instrumentos imprescindíveis quando se busca retratar comportamentos e tendências a partir de fenômenos reais.

2.2 Participantes

Foram selecionadas três escolas, sendo duas da área urbana (A e C) e uma na área rural (B), com o intuito de obter uma amostra representativa do território considerando que as escolas estão em diferentes localidades, podendo abranger estudantes indígenas, ribeirinhos e quilombolas.

A pesquisa realizou uma amostragem aleatória simples, considerando o número de alunas matriculadas em cada escola e posteriormente aplicaram amostragem estratificada para que conseguissem ter uma amostra representativa considerando o ensino fundamental e o ensino médio.



Assim, com base nos dados da Secretaria de Educação do Estado do Pará (2019), no ano de 2019, foram matriculadas nas três escolas 610 estudantes e o cálculo amostral do estudo foi de 117 estudantes, com um nível de confiança de 85% e um erro amostral de 0,06.

2.3 Instrumentos de Produção das Informações

Os dados foram coletados através de um questionário previamente estruturado e somente aplicado mediante a assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido para os estudantes menores de 18 anos, além do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para os maiores de 18 anos e responsáveis dos menores de 18 anos. Destaca-se que o estudo foi previamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com o CAAE nº587554022.9.0000.01771.

O questionário para avaliação da pobreza menstrual entre jovens estudantes foi dividido em duas partes: questões socioeconômicas e conceitos sobre ciclo menstrual e higiene. Para a identificação do perfil socioeconômico, o questionário foi dividido em dois blocos, sendo o primeiro voltado a questões como idade, raça, moradia, acesso a água, serviços de saúde, renda e afins, já no segundo havia questões sobre ciclo menstrual. O material foi estruturado como base os questionários do IBGE e o Censo (2010), principal fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população em todos os municípios do país. E, em relação a questões mais específicas de ciclo menstrual, utilizou-se como referência o relatório de pobreza menstrual no Brasil (UNICEF; UNFPA, 2021).

2.4 Análises de Dados

A análise de dados foi realizada por meio de análise exploratória e análise de correspondência. Sendo que o primeiro passo da análise foi explorar



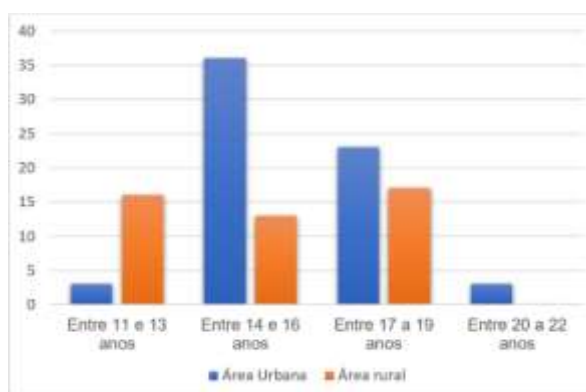
os dados obtidos, através de leitura dos questionários, para se ter noção do contexto e da área de estudo (REIS, 2021). A análise de correspondência foi usada com intuito de estabelecer possíveis relações entre renda, conhecimento sobre o tema, atitudes das jovens, estrutura escolar e vulnerabilidades.

3. Resultados e Discussão

Compuseram a pesquisa 111 participantes, sendo 65 de escolas da área urbana e 46 da área rural.

Quanto a faixa etária, variou de acordo com a área das escolas. Nas escolas A e C que se referem a área urbana, houve uma faixa etária de 13 a 22 anos, sendo a maior ocorrência de jovens de 14 a 16 anos. Já na área rural, escola B, houve um público com idade entre 11 a 18 anos. Porém, a maior ocorrência foi de jovens com 17 e 12 anos. Conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Faixa etária de estudantes da área urbana e rural.



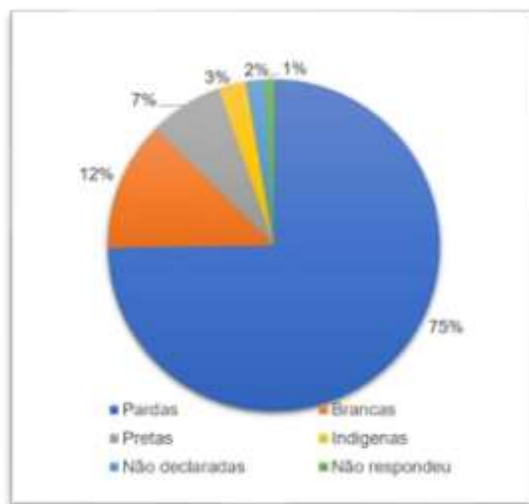
Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Outro ponto chave na pesquisa, foi o alto número de participantes que se autodeclaram pardas, em ambas as áreas: urbana e rural. Na área urbana a declaração cor / etnia ocorreu da seguinte forma: 65 questionários da área urbana, 51 se autodeclaram pardas, 2 brancas, 2



indígenas, 4 pretas, 1 não declarou cor e 1 não respondeu. Na área rural, 46 destes, 32 se declararam pardas, 8 brancas, 1 indígena, 4 pretas e 1 não declarou. Ao somar as duas áreas, encontrou-se aproximadamente, 75% pardas, 12% brancas, 7% pretas, 3% indígenas, 2% não declarou e 1% não respondeu. Conforme o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Autodeclaração de cor/etnia de estudantes da área urbana e rural.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Ao analisar o Gráfico 2, o ponto chave a ser discutido foi a predominância da declaração parda, isso se dá, principalmente, pelo preconceito enraizado na sociedade, mesmo diante de uma das maiores miscigenações do mundo. Carl Degler, (1976), destaca que tal atitude funciona como válvula de escape da discriminação, pois se o indivíduo for associado a características negroides ou indígenas pode sofrer preconceito e / ou discriminação de diversas ordens, o que pode acarretar dificuldades nas relações sociais, econômicas e culturais.

Avançando na análise do questionário, no intuito de identificar



possíveis vulnerabilidades que as jovens possam vivenciar em função do cenário da maternidade juvenil, o tema foi abordado a partir de duas perguntas no questionário: “Você é mãe?”, “Se sim, possui quantos filhos?” Aproximadamente 3% das jovens possuíam filho, todas da área urbana.

No que se refere a benefícios sociais, as escolas A e C, área urbana, 27 recebem assistência social, o que representa 24% das entrevistadas. No entanto, ao comparar com a escola B, área rural, houve um declínio no uso dos benefícios, pois somente 12 estudantes recebem algum tipo de auxílio social, 32 não recebem e 2 não responderam, sendo que as usuárias de assistência social na área rural são apenas 10% das entrevistadas.

Assim, foi perguntado para as entrevistadas “Qual serviço de saúde que você utiliza?”, nas escolas da área urbana e rural, observou-se a prevalência da utilização do Sistema Único de Saúde (SUS), 40% e 26% respectivamente.

No que se refere ao transporte que as alunas utilizam para chegar ao ambiente escolar, 42% da área urbana vão a pé a escola, ou seja, provavelmente grande parte dessas participantes moram perto da escola, assim não tem custo com transporte público e na área rural, foi identificado que apenas 5% vão a pé para escola e que 18% utilizam o ônibus. A maior parte das jovens mulheres entrevistadas estudam em escolas que são mais próximas de suas casas. Entretanto, as jovens da área rural que necessitam de transporte para chegar à escola e estas escolas não oferecem transporte, podem precisar optar em alguns momentos em ter que usar do recurso financeiro da alimentação familiar para o deslocamento até as escolas, o que pode impactar em evasão escolar e aprendizado fragilizado em áreas rurais (LIMA, 2021).

Quanto a composição familiar, referente ao número de pessoas que residem com a jovem, quando perguntado no questionário “quantas pessoas moram com você?”. Em percentuais apontam que as



participantes da área rural e urbana residem com um número de uma a três pessoas, 45% e com quatro a sete pessoas, 43%. Tais dados trazem a reflexão o quanto a composição familiar foi modificada no Brasil, apontando que hoje as famílias possuem uma quantidade menor de pessoas residindo juntas e, chamando a atenção, que esses jovens podem estar formando o seu próprio núcleo familiar e assumindo responsabilidades econômicas e sociais de manutenção a casa, podendo favorecer a diversas vulnerabilidades sociais, como baixa renda e reduzida escolaridade (LOPES, 2021).

No que se refere à forma de moradia, grande parte das jovens participantes da pesquisa das escolas A, B e C, residem em casa própria, 84%. Os aspectos de moradia é um determinante de saúde crucial na vida dessas jovens, influenciando na qualidade de vida, principalmente porque com exceção do ambiente escolar, a casa é o segundo local que o jovem mais vive. A estrutura sólida do ambiente, como presença de janelas e portas para a ventilação, água tratada, saneamento básico, proteção de insetos e animais nocivos, certamente propicia uma melhor qualidade de vida do que aqueles que vivem em ambientes precarizados (MACHARELLI, 1991).

Nessa perspectiva da moradia, quanto aos banheiros nas residências dessas jovens, foi encontrado, quase uma totalidade, entre as três escolas relacionado a estrutura do banheiro de suas casas, com 95% possuindo banheiro de alvenaria dentro de casa.

Ao fazer um levantamento sobre a água utilizada por esse público, foi encontrado que as jovens da escola A, B e C, quase em sua totalidade, usam água encanada ou de poço, correspondendo aproximadamente 92%. Ao analisar esses aspectos socioeconômicos, instigam a reflexão sobre a localidade de residência dessas jovens, sendo importante ressaltar que 57% residem na área urbana e aproximadamente 39% residem na área rural.

Esses achados de base socioeconômica, estimulam os diálogos



sobre as condições de acesso a serviços de saúde e de educação que jovens em diferentes cenários urbanos e rurais vivenciam (REIS, 2021). Diante desses achados, o estudo considerou importante identificar a escolaridade dos pais, uma vez que o contexto de formação pode interferir na criação dos filhos e na estruturação familiar em que a jovem vive. O estudo identificou que tanto na área urbana como na área rural, a escolaridade dos pais, predominantemente, foi o ensino médio, com 28% e 12% respectivamente. Mas, o que despertou a atenção, foi o fato de que 30% das jovens da área urbana e 69% da área rural, desconhecem a escolaridade dos pais.

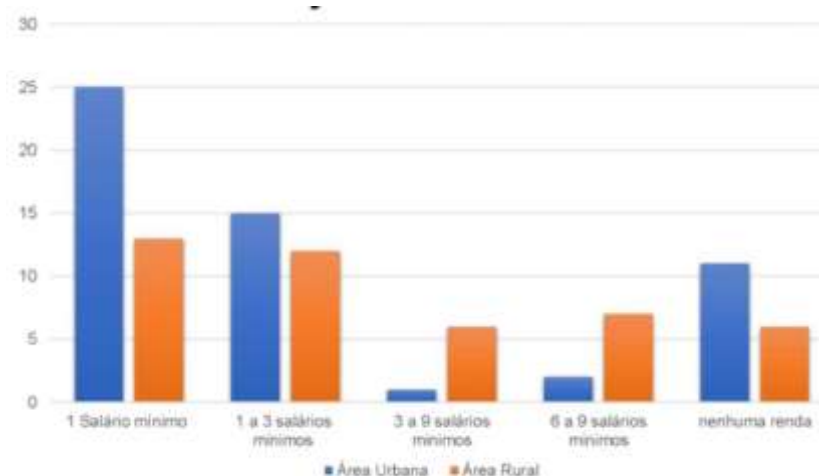
Após analisar esses dados, pode-se considerar que o nível de escolaridade dos pais ou responsável legal desses jovens, pode se relacionar com o desempenho de seus filhos dentro do ambiente escolar e consequentemente o seu desenvolvimento profissional na sociedade. Para Reis, Cortez e Ramos (2011), a formação educacional dos pais, pode influenciar a vida de seus filhos, assim, tornando-se um papel relevante dentre os aspectos sociodemográfico, cultural e econômico.

Com isso, a mobilidade social da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 1996, identificou que a base educacional da família, interfere no nível de escolaridade de um trabalhador no futuro, gerando desigualdade em âmbito profissional.

Aliado a essa variedade de aspectos, o estudo identificou a base salarial das pessoas que vivem com essas jovens estudantes que participaram da pesquisa, e foi possível identificar através da pergunta, “Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?” As duas escolas da área urbana (A e C) e comparadas a área rural, o número de pessoas da mesma família que ganham até 1 salário-mínimo na área urbana é de aproximadamente 53% e na área rural 28%, sendo essa renda de até 1 salário-mínimo a renda prevalente nas duas áreas. Conforme o gráfico 3.



Gráfico 3 – Renda familiar mensal das jovens da área urbana e rural em números absolutos.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Para Lima-Costa, Barreto e Giatti (2002), o cenário socioeconômico interfere na saúde dos jovens, uma vez que famílias com menor poder aquisitivo ou menor renda domiciliar *per capita*, tem menos acesso a bens e serviços essenciais, como saúde e educação, dessa forma, podendo influenciar no desenvolvimento social de jovens.

Vale destacar que cerca de 13,6 milhões de habitantes (cerca de 6,5% da população) vivem em situações de extrema pobreza, isto é, mantendo-se com menos de R\$ 1,90 por dia (correspondente a R\$ 151,00 por mês) e aproximadamente de 51,5 milhões de indivíduos estão abaixo da linha da pobreza (um a cada quatro brasileiros vivem com menos de R\$ 436,00 ao mês). Expondo a relevância de dialogar sobre o combate à pobreza, a diminuição das desigualdades e seu efeito nas gerações futuras (UNFPA; UNICEF, 2021).

Nesse segundo bloco, foi possível identificar sobre menstruação e quando perguntado se já menstruavam, todas as participantes responderam que sim. Na escola A, 26 já menstruam, na escola B, 46 e



na escola C, 39. Em relação à idade, em que ocorreu a primeira menstruação, obtiveram-se dados diversificados, porém, com prevalência em algumas idades. Assim, observa-se na escola A, a prevalência de idade entre 11 a 14 anos, sendo destaque que 10 jovens começaram menstruar com 13 anos. Na escola B, a idade foi de 9 a 14 anos, sendo importante destacar que 2 declararam ter menstruado com 9 anos de idade, sendo que a idade mais comum foi com 12 anos. Por conseguinte, na escola C, 1 jovem afirmou ter menstruado com 7 anos e a idade mais recorrente foi com 11 e 12 anos, também tiveram 4 que afirmaram ter sua primeira menarca com 15 anos. Dessa forma, a idade da menarca foi identificada como variável, desde 7 anos até 15 anos.

Dentro do tema conhecimento sobre a menstruação, a grande maioria, afirmou achar a menorreia algo normal em suas vidas. Mas, é necessário relatar que dentre essas alunas da escola A, B e C, 25 consideram algo ruim. Dessa forma, a insuficiência relacionada ao conhecimento e cuidado com a saúde menstrual da mulher, se torna algo preocupante, considerando que mulheres relataram ainda não compreender o processo fisiológico natural do corpo.

Nas escolas A, B e C, quando o questionário abordou sobre quem ajudou a jovem na primeira menstruação, cerca de 70% informaram que foi a mãe, ainda que o estudo tenha encontrado outras pessoas, como: madrasta, avó, avô, tia, irmã e pai e afirmaram que essas pessoas auxiliaram sobre menstruação. Esses achados apontam o quanto os papéis atribuídos a homens e mulheres se mantêm na sociedade, mesmo a mulher depois de anos de incorporação no mercado de trabalho, ocupando o maior nível de formação que homens, ainda é a mantido a ela o papel de orientar os filhos, em especial as filhas do sexo feminino (GANDRA, 2018).

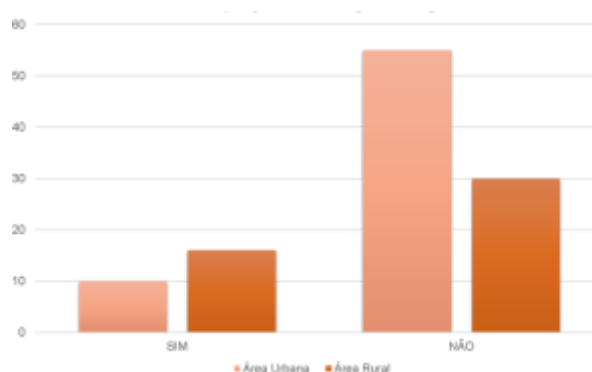
No que se refere ao conhecimento individual sobre menstruação, quando perguntado "Você sabe por que acontece a menstruação?" Na escola A, 16 responderam positivamente saber sobre a menstruação e



10 negativamente. Já na escola C, 23 têm conhecimento sobre o funcionamento da menstruação, 2 desconhecem e 14 conhecem “mais ou menos”. No entanto, a escola B, o número de participantes que possuíam esse conhecimento aumentou, sendo cerca de 31 respostas positivas. E se comparado a área urbana, o número de respostas negativas foi menor, somente uma das jovens e 14 conhecem de maneira demasiada. Dessa forma, entre a área urbana e área rural, cerca de 23% de meninas não sabem ou sabem mais ou menos sobre o porquê ocorre a menstruação.

Um dos pontos que mais se destaca nesse bloco, constitui-se sobre a ida das jovens ao ginecologista, em ambas as escolas da área urbana e rural, 76% não haviam ido a uma consulta ao ginecologista. Quanto as que já foram ao ginecologista, 16 na área rural e 10 na urbana.

Gráfico 4 – Ida ao ginecologista em números absolutos.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Dessa forma, Oliveira et al., (2012), relata que no Brasil, a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar observou nos últimos 12 meses, cerca de 48% dos entrevistados buscaram algum serviço ou profissional de saúde, sendo a unidade básica de saúde (UBS), o serviço mais procurado cerca de 47,5%. Assim, entre as pessoas que buscam a UBS 85,1% confirmam ter obtido atendimento.

Segundo Martins et al., (2019), afirma que a ausência de



informação para obter cuidados com a saúde, a falta de transporte para chegar ao local onde é realizado os serviços, preocupação sobre a confidencialidade, desconhecimento dos serviços e o desconforto ou medo de relatar suas intimidades com os profissionais da área, são vistas como barreiras de acesso aos serviços.

Observa-se também um distanciamento dos jovens principalmente dos serviços da atenção primária. Os profissionais sentem dificuldades para acolher esse público, com isso, os jovens utilizam pouco os serviços de saúde ofertado como de prevenção e promoção da saúde, delimitando a busca a ações individuais e curativas.

No que se trata a realização de exames de rotinas, a grande maioria, não faz exames de rotina, sendo 8 na área urbana e 16 na área rural. Dentre o restante das alternativas, as que mais se destacou foi "faz exames somente em casos de emergências", 4 e 8 em cada área respectivamente, e "faz exames uma vez por ano", sendo 7 e 9.

Nesse sentido, o foco no cuidado preventivo nas idades iniciais do ciclo reprodutivo, ainda é visto com olhares críticos pela sociedade e, principalmente, pelos responsáveis das jovens. Isso decorre das políticas e ações preventivas focadas saúde sexual e reprodutiva, que por vezes promove um pensamento machista e regressista. Além disso, outro fator a ser destacado é a região amazônica possuir áreas de difícil acesso e mobilidade a serviços de saúde, o que denota a fragilidade da universalidade do SUS (BEAUVOIR, 2000).

Posteriormente foi perguntado sobre as formas de contenção da menstruação, e todas as jovens, tanto da área urbana e rural, responderam o absorvente. Dentro desse eixo, a pergunta posterior aborda o acesso mensal ao absorvente, os resultados nas escolas A e C foi de 48, têm acesso mensal ao absorvente e na área rural, 41 têm esse acesso e 4 "às vezes sim, às vezes não".

Para situações sem o absorvente, foi perguntado para as jovens "Quando não consegue ter acesso ao absorvente, o que você faz para



conter seu fluxo menstrual?”, na área urbana e rural houve um alto número de jovens que não responderam. Já o restante respondeu usar o pano e papel. Apesar de, grande parte declararam que não faltam à escola no seu período menstrual, e poucas alegaram que não vão a escola devido a falta de absorvente, a pesquisa chama a atenção para a evidência que aproximadamente 57% das meninas da área urbana e da rural, citam o uso de pano ou papel para conter o sangramento menstrual.

Esse cenário decorre principalmente da renda que aquela jovem está incluída, somado a efeitos intergeracionais de não garantia o direito à dignidade menstrual, ou seja, aspectos sociais ganham peso nesse fenômeno. Na falta do acesso ao absorvente, principal produto utilizado no período menstrual, as literaturas reportam ao redor do globo que meninas fazem soluções improvisadas com panos usados, papel higiênico e em casos graves, o miolo de pão (ALVAREZ, 2012).

Outro ponto preocupante, está relacionado a recomendação diária da quantidade de horas que uma mulher deve ficar com um único absorvente, pois de acordo com os ginecologistas, deve-se realizar a troca de 3 a 6 vezes ao dia, no entanto, o custo de um único pacote pode pesar de maneira direta no orçamento da família, fazendo com que as jovens usem por mais tempo (UNFPA; UNICEF, 2021).

Como consequência de tal ato, ocorrem diversos desequilíbrios fisiológicos, como infecções urovaginais, irritações na pele e mucosas, exemplo da Síndrome do Choque Tóxico, onde a maioria dos casos decorre a longa exposição dos tampões absorvente e pode manifestar febre, exantema, hipotensão e sinais e sintomas de envolvimento de múltiplos órgãos (ALVAREZ, 2012).

Ao serem questionadas sobre sentir vergonha de ir à escola menstruada, a maioria negou, porém, na escola A, 13 afirmaram ter vergonha, na escola B, 10 e na escola C, 12 afirmaram sentir vergonha.

As participantes da pesquisa responderam no questionário que, em



seu ambiente escolar, não disponibilizam absorvente, tanto na área urbana e rural, 80%. Observa-se, nesse contexto, uma falta de diálogo entre a direção escolar e as alunas sobre o item em questão, já que a maioria não tem conhecimento que na secretaria das escolas pesquisadas possui absorvente. Por conseguinte, verificou-se que existe uma falta de estrutura adequada para receber essas jovens no seu dia-a-dia e em seu período menstrual, em função da falta de água para a higiene pessoal, uma vez que na escola A, 14 alegaram que a escola não tem água, na escola B, 25 e na escola C, 26 estudantes alegaram não ter água para higiene pessoal, o que corresponde a 58% das entrevistadas. Identifica-se também nos dados, a carência de estrutura nas escolas para que essas participantes possam realizar sua higiene pessoal, já que 63% das entrevistadas apontaram que as escolas não tem chuveiros.

Segundo a FIOCRUZ (2022), na ausência de um ambiente adequado para dar suporte para as necessidades básicas das pessoas, esse local se torna excludente. Dessa forma, relacionado as escolas, a falta de água através de instalações sanitárias adequadas, interfere negativamente na educação, com ênfase para jovens que menstruam. Logo, para uma higiene menstrual adequada, são necessários materiais como: água, absorvente, banheiro com portas, dentre outros aspectos que podem contribuir para um ambiente seguro para que essa jovem possa se limpar de forma higiênica, com privacidade, segurança e dignidade, assim fazer sua higiene de forma aceitável e confortável.

De acordo com o estudo da UNICEF (2021), mais de 4 milhões de jovens estudantes frequentam escolas sem uma estrutura adequada, como sanitários sem condições de uso, sem pias, chuveiros, papel higiênico e sabão. Dessa forma, um total de quase 200 mil jovens não tem nenhum tipo de estrutura física ou item de higiene básica no ambiente escolar.

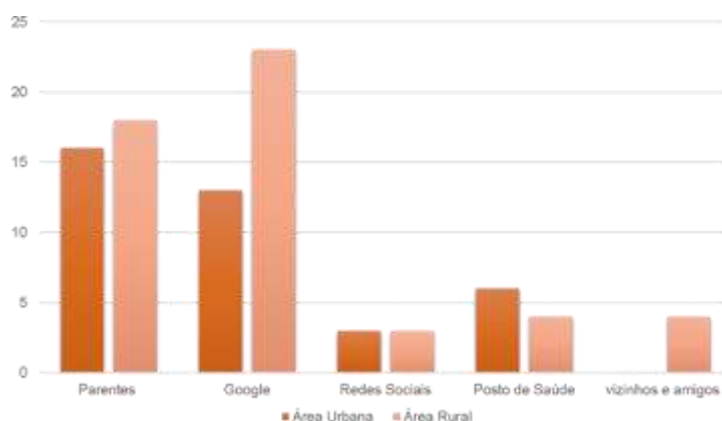


Lima (2021), afirma que o ato das jovens optarem em ficar em casa, se justifica pelo fato do ambiente escolar ser hostil para meninas que menstruam, devido ainda estarem em fase de crescimento, é comum que o ciclo menstrual seja irregular, causando um fluxo de sangue inesperado, sujando a roupa e tornando essas jovens alvo de brincadeiras maldosas e preconceituosas, isso tudo se agrava quando essas meninas não conseguem ser atendidas nas escolas com o mínimo de infraestrutura e insumos higiênicos.

A pesquisa identificou quanto a discussão sobre menstruação nas escolas que, cerca de 90% das escolas, não discutem sobre menstruação. Esse cenário pode gerar uma série de fragilidades sobre o tema e propiciar que o assunto continue sendo tratado com preconceito na sociedade.

Quando perguntado as participantes, onde elas buscam informações sobre menstruação, para entender de que forma elas conseguem obter conhecimento sobre menorréia, haviam 6 opções no questionário, no entanto 3 se destacaram: parentes, internet e postos de saúde. O Gráfico 5 demonstra esses dados.

Gráfico 5 – Acesso a informação sobre menstruação.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Destaca-se nos achados que, a área rural, as participantes



apontaram usar mais a internet para acesso a informação do que na área urbana e que foi identificada as relações familiares como fonte de informação. Esses achados levam a reflexão que as dificuldades de aproximação para conversar com os pais no ambiente rural pode fazer com que os jovens recorram a internet.

Ao analisar a literatura de Simone Beauvoir (2000), aborda que a menstruação é retratada como tabu em diversas sociedades, como os egípcios, persas e indígenas. A autora também afirma que, desde os primórdios da infância, esse assunto foi silenciado, de forma que houve uma criação de barreiras entre a menina e a família. Este tópico é um dos mais difíceis de ser abordado no ambiente familiar, o qual existe uma ausência de conversas sobre o ciclo menstrual e conhecimento corporal.

Dessa forma, a pesquisa chama atenção para o campo de discussão que, apesar da menarca ser algo natural do ser humano, em áreas urbanas e rurais, as jovens têm fragilidades de conhecimento sobre o funcionamento do seu corpo, pouco suporte da escola para auxiliar nesse processo e uma ineficiência estrutural para acolhê-las. Sendo que esse processo menstrual é natural do ciclo reprodutivo da mulher, que inicia na puberdade, entre os 13 anos e encerrando-se por volta dos 50 anos (LOPES, 2021).

Entretanto, mesmo sendo algo comum na vida das mulheres, ainda é pouco discutido na literatura e na sociedade o acesso ao absorvente e insumos básicos de higiene.

Por fim, a pesquisa reconhece sua incapacidade para esgotar o campo de discussão do tema, seja pela limitação da coleta de campo ou pelos dados revisados. Mas, o estudo reforça a necessidade de implementação de ações que atendam às necessidades de jovens mulheres em diferentes cenários, uma vez que na ausência de absorventes, as jovens fazem a utilização de pano e papel visando conter a menstruação, correndo o risco de algum constrangimento e de



infecções.

4. Considerações Finais

O processo de construção do presente trabalho foi um desafio, principalmente, no que tange a limitação de informação, dados da região voltados a temática e falta de artigos em âmbito nacional e local. Todavia, a pesquisa trouxe dados relevantes sobre a população de mulheres jovens que residem na região amazônica do oeste paraense e para sociedade em geral. Observou-se dentro do contexto apresentado ao decorrer do trabalho que, a área urbana e rural da cidade de Santarém, compartilham problemas semelhantes.

No bloco 1, sobre questões socioeconômicas, foi possível identificar o perfil das jovens que participaram da pesquisa, sendo jovens, com faixa etária entre 14 a 18 anos na área urbana e 17 a 19 anos na área rural, 75% se autodeclararam pardas em ambas as áreas e 84% residem em casa própria.

No que se refere a benefícios sociais, na zona urbana, 24% das jovens têm assistência social e na área rural somente 10% das entrevistadas tem assistência social e relacionado aos serviços de saúde que essas jovens utilizam, observou-se que 40% das jovens da área urbana usam o SUS e 26% na área rural utilizam. No Bloco 2, sobre ciclo menstrual, dentre todas as entrevistadas das escolas A, B e C, 76% das jovens nunca foram ao ginecologista, 57% na ausência do absorvente, usam pano ou papel para conter o sangramento menstrual, 80% afirmaram que a escola não disponibiliza absorvente, 58% alegaram não ter água para higiene pessoal nas escolas, 63% responderam que nas escolas não tem uma estrutura adequada com chuveiros e outros itens para higiene pessoal, caso ocorra um vazamento menstrual e cerca de 90% de meninas responderam que no ambiente escolar não discutem



sobre menstruação. Portanto, foi possível perceber na pesquisa que essas jovens das escolas urbana e rural na cidade de Santarém-PA vivem em um contexto de pobreza menstrual.

Dessa forma, ações e estudos como este, podem contribuir para a diminuição da evasão escolar, baixo rendimento e constrangimentos em decorrência da menorreia. Assim, salienta-se a importância de ações advindas das escolas e de serviços de saúde, os quais priorizem a identificação de possíveis focos de pobreza menstrual para amparar as estudantes. Uma vez que o ambiente de inserção social das jovens de áreas urbanas e rurais de Santarém as vulnerabiliza e as coloca em situação de pobreza menstrual, além de ser um campo silencioso, gradativo e irreconhecível do seu direito de ser mulher com dignidade.

Referências

ALVAREZ, P. A., & Mímica, M. J. Síndrome do choque tóxico/Toxic shock syndrome. Arquivos Médicos dos Hospitais e da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, 81-84,2012.

ASSAD, B. F. Políticas públicas acerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero. Revista Antinomias, v. 2, n. 1, p. 140 – 160, junho 2021.

BEAUVOIR, S. de. O Segundo Sexo. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, v.1, 2000.

BRASIL. Senado Federal. O que é pobreza menstrual e por que ela afasta estudantes das escolas. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/oque-e-pobreza-menstrual-e-por-que-ela-afasta-estudantes-das-escolas> Acesso em 30 de agosto de 2021.

DEGLER, C.N. Nem branco nem preto: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos. Labor do Brasil. Rio de Janeiro,1976.

FONSECA, F. F. et al. As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. Rev. paul. Pediatra, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 258-264, jun, 2013.

FERNANDES, M. G. M. O corpo e a construção das desigualdades de



gênero pela ciência. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 19 [4]: 1051- 1065, 2009.

FERREIRA, J.; COSTA, N. Diagnóstico das condições de infraestrutura e operação do serviço de abastecimento de água na área urbana do município de Santarém -PA, 2018.

FIOCRUZ. Pobreza menstrual: condições sanitárias inadequadas nas escolas impactam direitos fundamentais. Disponível em: <https://www.cpqrr.fiocruz.br/pg/pobreza-menstrual-condicoes-sanitarias-inadequadas-nas-escolas-impactam-direitos-fundamentais/>. Acesso em: 16 Jul. de 2022.

GANDRA, Alana. IBGE: mulheres ganham menos que homens mesmo sendo maioria com ensino superior. Agência Brasil. 2018. Agência Senado. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/ibge-mulheres-ganham-menos-que-homens-mesmo-sendo-maioria-com-ensino-superior>. Acesso em: 16 de jul. de 2022.

LIMA-COSTA, MF; BARRETO, S; GIATTI. L. A situação socioeconômica afeta igualmente a saúde de idosos e adultos mais jovens no Brasil? Um estudo utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios -PNAD/98. *Ciência & Saúde Coletiva*, 7(4):813-824, 2002.

LIMA, P. O que é pobreza menstrual e por que ela afasta estudantes das escolas. Agência Notícias: Agência Senado, 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/o-que-e-pobreza-menstrual-e-por-que-ela-afasta-estudantes-das-escolas>. Acesso em: 28 nov. 2021.

LOPES, A. Pobreza menstrual, um problema de política pública. *Veja Saúde: Revista Veja*, 2021. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/blog/com-a-palavra/pobreza-menstrual-um-problema-de-politica-publica>. Acesso em: 28 nov. 2021.

_____. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, Princípios e Diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

MACHARELLI, C.A; OLIVEIRA, J.C. Perfil de risco de óbito de crianças



menores de um ano residentes em localidade do Estado de São Paulo, Brasil, 1987. Revista de saúde pública, São Paulo, p.114-127, 1991.

MARTINS, M. M. F. et al. Acesso aos serviços de atenção primária à saúde por adolescentes e jovens em um município do Estado da Bahia, Brasil. Cadernos de Saúde Pública. 2019, v. 35, n. 1.

OLIVEIRA, M. O. et al. Fatores associados à procura de serviços de saúde entre escolares brasileiros: uma análise da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). Cadernos de Saúde Pública., v. 31, n.8, p.1603-14, 2012.

RAPOSO, C.A Política de Atenção Integral à Saúde do Adolescente e Jovem: uma perspectiva de garantia de direito à saúde? Rev. em Pauta, v.6, n.23, p. 117-138, jul. 2009.

REIS, Mauricio Cortez; RAMOS, Lauro. Escolaridade dos Pais, Desempenho no Mercado de Trabalho e Desigualdade de Rendimentos. RBE, Rio de Janeiro, v. 65, n. 2, p. 177-205, Abr./jun. 2011.

REIS, E. C. E. Diversidade, sexualidade e especificidade cultural em materiais educativos: caracterização e análise do contexto sociocultural e da rede de ensino em Santarém, Pará. Tese (doutorado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Santarém, 2021.

UNFPA. Fundo de População das Nações Unidas; UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Pobreza Menstrual no Brasil. Desigualdade e Violação de Direitos, 2021.

UNFPA. Menstruation and human rights - Frequently asked questions. 2021.

Disponível

e

m:

<https://www.unfpa.org/menstruationfaq#managing%20menstruation>:

Acesso em 25 de novembro de 2021.

UNICEF. O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades / Fundo das Nações Unidas para a Infância. – Brasília, DF: UNICEF, 2011.

UNICEF. Pobreza menstrual no Brasil, Desigualdades e Violações dos Direitos. – Brasília, DF: UNICEF, 2021.

Unicef. No Brasil, milhões de meninas carecem de infraestrutura e itens básicos para cuidados menstruais. 2021. Disponível e m: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-deimprensa/no-brasil->

milhoes- de-meninas-carecem-de-infraestrutura-e-itens-basicos-
paracuidados- menstruais: Acesso em 30 de agosto de 2021.

Anexos

1- INSTRUÇÕES AOS AUTORES – Revista Contemporânea

O processo de submissão é feito somente pela página da revista, no endereço: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home>. Leia o conteúdo das Instruções aos Autores, baixe os templates e prepare todo o material antes de iniciar o processo de submissão.

O periódico utiliza o sistema de avaliação por pares, preservando o sigilo, com omissão dos nomes de avaliadores e autores.

Os manuscritos submetidos que se encontram adequados às normas de publicação são avaliados pelo Conselho Editorial quanto à adequação ao escopo da revista, originalidade e contribuição com o avanço do conhecimento. Se aprovado na avaliação inicial, os Editores Associados encaminham o manuscrito para os consultores ad hoc. Finalizada a avaliação dos consultores, o Editor Associado encaminha uma recomendação aos autores, que consistirá na aprovação, reformulação ou recusa do manuscrito.

TIPO DE MANUSCRITO CONSIDERADO PARA PUBLICAÇÃO

O texto para submissão deve estar em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF, com as URLs para as referências já disponibilizadas. As regras de formatação e estrutura dos artigos são as seguintes: o documento deve ter no máximo 20 páginas, com até 8 autores. A fonte utilizada deve ser Verdana, tamanho 12, com espaçamento entre linhas de 1,5. Figuras e tabelas devem ser inseridas diretamente no corpo do texto, em formato editável, com fonte tamanho 10 tanto para o conteúdo quanto para o título (acima dos elementos) e para a fonte (abaixo dos elementos). O título deve ser apresentado em português, inglês e espanhol, no início do arquivo, utilizando fonte tamanho 14. O resumo e as palavras-chave devem estar logo abaixo do título, com espaçamento simples. A revista não cobra taxa para a submissão do trabalho, porém há uma taxa de R\$575,00 para a publicação de artigos brasileiros. O manuscrito deve incluir os seguintes pontos: introdução (com o objetivo ao final), referencial teórico, metodologia, resultados e discussões, considerações finais, referências e agradecimentos.

FORMATO E ESTRUTURA DOS MANUSCRITO

Os manuscritos devem ser submetidos em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF, com um limite de tamanho de 5MB. A formatação do texto exige o uso da fonte Times New Roman,

tamanho 12, com espaçamento simples. O itálico é reservado para ênfases ou palavras em línguas estrangeiras, exceto URLs. Tabelas e gráficos devem ser inseridos diretamente no corpo do texto, e as páginas não devem ser numeradas.

REFERÊNCIAS

Citações com até três linhas devem ser inseridas diretamente no corpo do texto, entre aspas, e acompanhadas da respectiva referência bibliográfica entre parênteses. Citações mais extensas, superior a três linhas, devem ser destacadas com recuo de 4 cm à esquerda, sem o uso de aspas e com espaçamento simples. Citações em língua estrangeira devem ser seguidas da tradução, conforme as normas editoriais da publicação. As referências bibliográficas devem obedecer às normas da ABNT, como no exemplo para livros: SOBRENOME, Nome. Título da obra. Local: Editora, ano; ou para artigos de periódicos: SOBRENOME, Nome. "Título do artigo". Nome do Periódico, Local: Editora, volume, número, páginas, mês, ano.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA SUBMISSÃO

Folha de Rosto e Manuscrito (arquivo principal).

2 – DOCUMENTO PRINCIPAL

O início do trabalho possui as identificações dos autores e o arquivo deve ser em WORD;

Tipo de artigo que corresponde o manuscrito, conforme as regras da Revista; **Título** escrito em caixa alta, em três idiomas português, inglês e espanhol, somente português em negrito e sem siglas;

Identificação dos autores (formação acadêmica, instituição de formação, endereço e E-mail);

Resumo, nos três idiomas (português, inglês e espanhol), contendo: objetivo, métodos, resultados e conclusão, com no mínimo 150 e no máximo 280 palavras. **Corpo do manuscrito:** Introdução, Referencial Teórico, Metodologia, Resultados e Discussões, Conclusão e Referências.

A **Introdução** do texto precisa ser escrito na fonte Verdana tamanho 12, com espaçamento de 1,5. É permitido o máximo de oito autores ao decorrer do texto, caso contrário é necessário entrar em contato com a revista para pagar um valor extra. O Trabalho deve conter no máximo 20 páginas, já incluindo as referências. Dessa forma, os trabalhos podem ser escritos em

português, inglês e espanhol. Ao final da introdução, deve ser mencionado os objetivos de maneira clara e específica, garantindo uma boa compreensão para o leitor referente ao trabalho. O **Referencial Teórico** analisa a literatura relevante, contextualizando o tema e definindo conceitos-chave. Abrange modelos, teorias e pesquisas anteriores, identificando lacunas, contradições e consensos importantes para o estudo em questão.

O título das figuras deve ser conciso, em fonte Verdana 10, espaçamento 1,0, centralizado, numerado sequencialmente com algarismos arábicos e precedido por "Figura" (ex.: Figura 1, Figura 2). A citação deve ficar abaixo da figura, centralizada, em Verdana 10 e com espaçamento simples. Figuras com imagens de pacientes, obrigatório proteger a identidade, cobrindo o rosto para respeitar a liberdade individual e dignidade. **Os títulos devem ter a primeira letra de cada palavra em maiúsculo**, em negrito, fonte Verdana tamanho 12. Já os subtítulos seguem o mesmo formato, mas sem negrito. As citações no corpo do texto devem estar de acordo com as normas da ABNT.

Citações, deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, seguido da data de publicação (Borges, 1982). Se o nome do autor for citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: Silva (1995). Em citações diretas, é necessário especificar as páginas, logo após a data, precedida de "p." (Gato, 1949, p.213). Obras de um mesmo autor no mesmo ano devem ser diferenciadas por letras após a data (Barros, 1927a; Barros, 1927b). Com dois ou três autores, usa-se ponto e vírgula (Oliveira; Leonardo, 1943), e com quatro ou mais, usa-se "et al." (Souza et al., 1960). Citações de até 3 linhas devem estar entre aspas, seguidas de autor, data e página. Citações maiores devem ter recuo de 4 cm, fonte menor (tamanho 10), espaçamento simples e sem aspas, também com autor, data e página. Citações em língua estrangeira devem ser apresentadas no idioma do texto com a indicação "tradução nossa" e a versão original em nota de rodapé. Não pode usar expressões latinas como idem e ibidem no corpo do texto. "Apud" e "et al." são permitidas, em itálico.

A citação direta, com mais de três linhas, Recuo de 4 cm, Tamanho da fonte 10, Espaçamento simples, deixar um espaço de 1,5 entre o restante do texto e a citação e o alinhamento deve ser justificado.

Citação direta, com menos de três linhas, Segundo Silva (2000, v. 2, p. 647-648) “a

inconformidade dos demandantes, sustentado laudo pericial técnico [...]”.

A **citação indireta** consiste em escrever a ideia de um autor com suas palavras. Assim, é obrigatório indicar o sobrenome do autor e o ano de publicação da obra, sem obrigatoriedade de citar a página. Exemplos incluem: "Conforme Rocha (2021), o uso de técnicas de otimização é essencial para gerar tráfego orgânico." A formatação segue as normas da ABNT, com fonte Verdana, tamanho 12 e espaçamento 1,5. A principal diferença da citação indireta para a direta é que o sobrenome do autor e o ano da obra são inseridos no texto entre parênteses.

Citação indireta de diferentes autores, os sobrenomes devem ser separados por ponto e vírgula e seguidos pelos anos de publicação. A ordem deve ser cronológica, ou seja, do ano mais antigo para o mais recente.

Citação indireta é de várias obras do mesmo autor, os anos de publicação devem ser separados por vírgulas. Por exemplo: (Rocha, 2018, 2020, 2022).

Quando uma obra tem mais de quatro autores, utiliza-se a expressão "et al." ou "e col." após o sobrenome do primeiro autor, seguida do ano de publicação. Isso evita listar todos os nomes. Por exemplo: (Motta et al., 2023). Quando o **mesmo autor tem mais de uma obra publicada no mesmo ano**, utiliza-se letras minúsculas, em ordem alfabética, após a data para diferenciá-las. Por exemplo: (Silva, 2021a) e (Silva, 2021b).

A **metodologia** de um artigo descreve os procedimentos da pesquisa, incluindo o tipo de estudo, seleção da amostra, métodos de coleta e análise de dados, questões éticas e limitações. Uma descrição clara e detalhada é crucial para assegurar a replicabilidade, confiabilidade dos resultados e permitir uma interpretação e generalização dos achados.

Os resultados e discussões de um artigo devem ser claros e organizados, baseados nos dados e análises do estudo. Os resultados são apresentados de forma objetiva, com uso de tabelas, gráficos e estatísticas, se necessário. Na discussão, os achados são interpretados em comparação com a literatura existente, destacando semelhanças, diferenças e implicações para teoria e prática. As limitações do estudo e sugestões para pesquisas futuras também são abordadas. Tanto os resultados quanto a discussão devem ser baseados em evidências sólidas e contribuir

para o avanço do conhecimento.

A **conclusão** de um artigo deve resumir de forma clara os principais achados, enfatizando as contribuições relevantes para o campo de pesquisa. Ela deve reiterar os objetivos do estudo e destacar as descobertas mais importantes, ressaltando sua relevância e implicações práticas ou teóricas.

A **seção de agradecimentos**, opcional, permite ao autor reconhecer o apoio de agências financiadoras ou outras instituições e indivíduos que contribuíram para a realização do estudo.

II - COMPROVANTE DE PUBLICAÇÃO

REVISTA CONTEMPORÂNEA

ISSN 2447-0961

INÍCIO / ARQUIVOS / V. 3 N. 9 (2023) / Artigos

POBREZA MENSTRUAL DE JOVENS ESTUDANTES EM UM MUNICÍPIO DO BAIXO AMAZONAS, AMAZÔNIA, BRASIL

Maria Eduarda Alves Gato

Thainá Barros de Sousa

Flávia Garcez da Silva

Elaine Cristiny Evangelista Reis

DOI: <https://doi.org/10.56083/RCV3N9-113>

Palavras-chave: Juventude, menstruação, Jovens, Vulnerabilidades

RESUMO

O artigo visa compreender a pobreza menstrual entre jovens estudantes do município de Santarém-PA, possui abordagem quantitativa e descritiva, com dados coletados a partir de um questionário estruturado com questões socioeconômicas, conceitos sobre ciclo menstrual e higiene, aplicados na área urbana e rural. Das 111 participantes da pesquisa, a faixa etária predominante na área urbana foi de 14 a 18 anos e 17 a 19 anos na área rural, 75% se autodeclararam pardas, 84% residem em casa própria, 24% das jovens na zona urbana têm assistência social e 10% na área rural, 40% das jovens da área urbana usam o SUS e 26% na área rural, 76% não tiveram acesso a consulta com o profissional ginecologista, 57% na ausência do absorvente usam pano ou papel para conter o sangramento menstrual, 80% afirmaram que a escola não disponibiliza absorvente, 58% indicaram falta de água na escola, 63% informaram no espaço escolar a ausência de chuveiros para higiene e 90% das escolas não discutem sobre menstruação. O estudo considera um contexto de vulnerabilidades para além da culpabilização individual e traz para o escopo de reflexão, o quanto as vulnerabilidades sociais e programáticas podem ser limitadoras para a manutenção da qualidade de viver.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, P. A., & Mimica, M. J. Síndrome do choque tóxico/Toxic shock syndrome. Arquivos Médicos dos Hospitais e da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, 81-84,2012.

Vol. 3
Nº 9
(2023)

REVISTA CONTEMPORÂNEA ISSN 2447-0961

PDF

PUBLICADO

2023-09-25

COMO CITAR

Gato, M. E. A., Sousa, T. B. de, da Silva, F. O., & Reis, E. C. E. (2023). POBREZA MENSTRUAL DE JOVENS ESTUDANTES EM UM MUNICÍPIO DO BAIXO AMAZONAS, AMAZÔNIA, BRASIL. Revista Contemporânea, 3(9), 11571-11594. <https://doi.org/10.56083/RCV3N9-113>

Formatos de Citação

EDIÇÃO

[v. 3 n. 9 \(2023\)](#)

SEÇÃO

Artigos

34



Contemporânea
Contemporary Journal
3(9): 15571-15594, 2023
ISSN: 2447-0961

Artigo

POBREZA MENSTRUAL DE JOVENS ESTUDANTES EM UM MUNICÍPIO DO BAIXO AMAZONAS, AMAZÔNIA, BRASIL

MENSTRUAL POVERTY OF YOUNG STUDENTS IN A MUNICIPALITY IN LOW AMAZONAS, AMAZON, BRAZIL

DOI: 10.56083/RCV3N9-113
Recebimento do original: 28/08/2023
Aceitação para publicação: 25/09/2023

Maria Eduarda Alves Gato

Bacharela em Saúde
Instituição: Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) – Unidade Tapajós
Endereço: Rua Vera Paz, s/n, Maracanã, Santarém – PA, CEP: 68040-255
E-mail: mariadudaalvesgato2901@gmail.com

Thainá Barros de Sousa

Bacharela em Saúde
Instituição: Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) – Unidade Tapajós
Endereço: Rua Vera Paz, s/n, Maracanã, Santarém – PA, CEP: 68040-255
E-mail: thainabarros100@gmail.com

Flávia Garcez da Silva

Doutora em Toxicologia
Instituição: Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) – Unidade Tapajós
Endereço: Rua Vera Paz, s/n, Maracanã, Santarém – PA, CEP: 68040-255
E-mail: fgarcez@yahoo.com.br

Elaine Cristiny Evangelista Reis

Doutora em Saúde Pública
Instituição: Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) – Unidade Tapajós
Endereço: Rua Vera Paz, s/n, Maracanã, Santarém – PA, CEP: 68040-255
E-mail: elaine.reis@ufopa.edu.br

RESUMO: O artigo visa compreender a pobreza menstrual entre jovens estudantes do município de Santarém-PA, possui abordagem quantitativa e descritiva, com dados coletados a partir de um questionário estruturado com questões socioeconômicas, conceitos sobre ciclo menstrual e higiene,

15571